

# RODRIGO REIS MAZZEI

Doutor em Direito Processual Civil pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutoramento na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor (Graduação e Programa de Pós-Graduação em Direito) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Líder do Núcleo de Estudos em Processo e Tratamento de Conflitos (NEAPI - UFES), grupo de estudos fundador da PROCNET (Rede Internacional de Pesquisa sobre Justiça Civil e Processo contemporâneo). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Advogado, consultor jurídico e atuação em arbitragem.

## COORDENADORES

---

JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA  
LUIS GUILHERME A. BONDIOLI  
JOÃO FRANCISCO N. DA FONSECA

XII

# COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

---

DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

ARTS. 610 A 673

1ª edição  
2023  
2ª tiragem  
2023

saraiva 



<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de produção e projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Gerência editorial</b>	Thais Cassoli Reato César
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dallia Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Jeferson Costa da Silva (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
<b>Design e produção</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari Camilla Felx Cianelli Chaves Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
<b>Planejamento e projetos</b>	Cíntia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
<b>Diagramação</b>	Fabio Kato
<b>Revisão</b>	Viviane Oshima
<b>Capa</b>	Aero Comunicação/Danilo Zanott
<b>Produção gráfica</b>	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Edições Loyola

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
DE ACORDO COM ISBD  
OOILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949**

M477c	Mazzei, Rodrigo Reis
	Comentários ao Código de Processo Civil – Vol. XII (arts. 610 a 673): do inventário e da partilha / Rodrigo Reis Mazzei ; cobrd. José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli, João Francisco N. da Fonseca. - São Paulo, SP : SaraivaJur, 2023. (Comentários ao Código de Processo Civil)
	1.000 p.
	ISBN: 978-65-5559-991-6 (Impresso)
	1. Direito. 2. Direito civil. 3. Código de Processo Civil. I. Gouvêa, José Roberto F. II. Bondioli, Luis Guilherme A. III. Fonseca, João Francisco N. da. IV. Título. V. Série.
2022-2090	CDD 347 CDU 347

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito civil	347
2. Direito civil	347

**Data de fechamento da edição: 14-12-2022**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 713516 CL 807789 CAE 803216

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
--------------------	---

### Seção I

#### Disposições Gerais

<b>Art. 610</b> .....	<b>33</b>
1. A legislação federal e o inventário extrajudicial.....	33
2. A relação do CPC atual com a Resolução n. 35/2007 do CNJ .....	34
3. Inventário/partilha extrajudicial e os seus pressupostos basilares ...	39
3.1 A existência de testamento: sempre um obstáculo ao inventário extrajudicial? .....	39
3.2 O conceito de “interessado” para o inventário extrajudicial ....	42
3.3 Capacidade do interessado .....	45
3.3.1 Influxo do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD). .....	45
3.3.2 Momento de aferição da capacidade .....	47
3.3.3 Capacidade e a presença de nascituro .....	49
4. Competência do inventário extrajudicial .....	50
5. Inventário extrajudicial: facultatividade .....	51
6. Advogado ou defensor público .....	52
7. Gratuidade da escritura para os que se declaram pobres .....	54
8. Prazos de instauração e término do inventário extrajudicial.....	55
9. Inventariante .....	56
10. Formação de título hábil: registro civil, transferência de bens e afirmação de titularidades.....	57
11. Verbas da Lei n. 6.858/80 (art. 666 do CPC) .....	58
12. Herdeiro universal: inventário extrajudicial e adjudicação .....	59
13. Inventário com <i>desfecho zero</i> e com <i>desfecho negativo</i> (espólio em estado de insolvência) .....	60
14. O inventário extrajudicial e a arbitragem.....	63

<b>Art. 611.....</b>	<b>64</b>
1. Alterações inseridas.....	64
2. Antinomia (parcial) com o art. 1.796 do CC .....	64
3. Temas do art. 611.....	65
4. Obrigatoriedade do inventário <i>causa mortis</i> .....	65
5. Contagem do prazo de instauração .....	67
6. Instauração do inventário <i>causa mortis</i> e a presença de testamento ..	68
7. A não instauração no prazo legal e as suas possíveis consequências	69
8. Marco para o início da contagem do prazo para encerramento .....	72
9. As opções adotadas no CPC sobre prazos e o impacto na parte final do art. 611 (prazo de encerramento do inventário) .....	72
10. Prorrogação do prazo para encerramento do inventário .....	75
11. Sanção pelo não cumprimento do prazo de encerramento .....	75
12. Da importância da parte final do art. 611 como a bússola de referência temporal do inventário <i>causa mortis</i> .....	76
13. Da imperiosa necessidade de organização e “calendarização” dos atos processuais .....	78
<b>Art. 612.....</b>	<b>79</b>
1. Alteração (melhorada) da redação do dispositivo.....	79
2. O inventário como processo documentado ( <i>processo de natureza documentada</i> ) .....	80
3. Comunicação do art. 612 com os arts. 627, § 3º, 628, § 2º, 641, § 2º, e 643, parágrafo único: a reserva de bens .....	86
4. O art. 612 em simbiose com algumas técnicas adotadas pela atual codificação: produção autônoma de provas e cooperação judiciária.	89
5. Correta (e atual) interpretação da expressão “vias ordinárias”: cardápio variado de plataformas.....	93
6. Necessidade de comunicação do art. 612 com o art. 6º do CPC (deveres de cooperação do juízo sucessório) .....	98
7. Exceções legais (expressas) ao art. 612: produção de prova não documentada no ventre do inventário <i>causa mortis</i> judicial.....	101
7.1 Incidente de remoção de inventariante .....	101
7.2 Avaliações de bens que estão sob o domínio do inventário ..	102
8. Possibilidade de estimação judicial (em áreas não demarcadas expressamente) .....	102

9.	Possibilidade de exame ou vistoria: decomposição e inteligência dos arts. 464 e 872 do CPC .....	104
10.	Da possibilidade de importação da técnica do art. 510 .....	106
11.	Relevância dos negócios jurídicos processuais na aplicação do art. 612..	107
<b>Arts. 613 e 614 .....</b>		<b>108</b>
1.	Do administrador provisório do CPC.....	108
2.	Interpretação de acordo com o art. 1.797 do CC: pessoas que podem exercer a administração provisória.....	109
2.1	Cônjuge, companheiro sobrevivente e herdeiro.....	110
2.2	Testamenteiro.....	111
2.3	Pessoa de confiança do juiz .....	112
2.4	Nomeação (específica) para representação judicial .....	114
3.	A presunção de que a administração provisória será exercida isoladamente .....	118
4.	Administrador provisório: período de atuação .....	119
5.	Atuação extrajudicial do administrador provisório.....	120
6.	Órbita das funções do administrador provisório: necessidade de moldar gabarito próprio a partir da inventariança e da curadoria (herança jacente).....	120
7.	Arrecadação dos “frutos e produtos”: diálogo do art. 614 do CPC com o art. 1.232 do CC.....	123
8.	Da necessária comunicação do art. 614 com o art. 2.020 do CC ...	124
9.	Reembolso de despesas e benfeitorias .....	127
10.	Prestação de contas e quitação em favor do administrador provisório.	129
11.	Responsabilidade civil .....	131

## Seção II

### Da Legitimidade para Requerer o Inventário

<b>Art. 615.....</b>	<b>133</b>	
1.	<i>Legitimação natural</i> do administrador provisório para instaurar o inventário (judicial e extrajudicial) .....	133
2.	Gabarito básico do requerimento de instauração do inventário <i>causa mortis</i> .....	134
3.	Instauração de inventario <i>causa mortis</i> com a sucessão testamentária .....	140

4. A falta de instauração do inventário <i>causa mortis</i> e a nomeação judicial de administrador provisório judicial: interpretação do art. 1.797, IV, do CC .....	141
<b>Art. 616.....</b>	<b>148</b>
1. Rol de legitimados para instauração do inventário: alterações.....	148
2. Revogação do art. 989 do CPC de 1973 e da necessidade de observância do disposto no art. 1.797, IV, do CC.....	149
3. As bases da legitimação para instauração do inventário .....	150
4. Perfil do requerimento de instauração do inventário pelo legitimado do rol do art. 616: adaptação das regras do art. 615 e peculiaridades .	152
5. Instauração de mais de um inventário ( <i>litispendência entre inventários</i> ) ...	153
6. Instauração de mais de um inventário em foros diversos .....	158
7. “Litispendência” entre inventários judicial e extrajudicial .....	161
8. Art. 616: rol taxativo que se submete ao <i>acoplamento por atração</i> e à interpretação extensiva.....	161
8.1 Cônjuge ou companheiro supérstite .....	164
8.2 Herdeiro.....	168
8.3 Legatário .....	172
8.4 Testamenteiro.....	174
8.5 O cessionário do herdeiro ou do legatário .....	176
8.6 Credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança....	179
8.7 Ministério Público (em caso de interessado incapaz) .....	182
8.8 Fazenda Pública.....	186
8.9 Administrador judicial da falência do herdeiro, do legatário, do autor da herança ou do cônjuge ou companheiro supérstite.	187

### Seção III

#### Do Inventariante e das Primeiras Declarações

<b>Art. 617.....</b>	<b>189</b>
1. Da necessidade de releitura do art. 617.....	190
2. Da convocação (contraditório) para a designação do inventariante	191
3. A natureza residual do “rol de referência” do art. 617 .....	193
4. Nomeação do inventariante por negócio jurídico processual.....	194
5. A incompleta textura do art. 617: necessidade de comunicação com os arts. 1.735 e 1.736 do CC e 21 da Lei n. 11.101/2005 (busca de critérios mais atuais e objetivos) .....	196

6.	Escolhas do rol do art. 617 .....	204
6.1	Cônjuge/companheiro sobrevivente que convivia com o falecido .....	204
6.2	Herdeiro que se achar na posse e administração do espólio. ....	210
6.3	Herdeiro sem posse ou administração do espólio.....	212
6.4	Herdeiro menor (= <i>incapaz</i> ), por seu representante legal.....	214
6.5	Legatário (figura esquecida no rol do art. 617) .....	215
6.6	Testamenteiro.....	215
6.7	Cessionário do herdeiro ou do legatário .....	220
6.8	Inventariante judicial e o inventariante de “confiança do juiz”. ....	221
7.	Nomeação de pessoa jurídica como inventariante .....	227
8.	Nomeação de mais de um inventariante (nomeação plúrima) .....	229
9.	Nomeação de “fiscal” do inventariante ( <i>protutor sucessório</i> ) .....	232
10.	Termo de compromisso .....	234
11.	Rol do art. 617 e o inventário extrajudicial.....	236
12.	Impugnação e recurso quanto à designação judicial sobre a inventariança .....	237
<b>Art. 618.....</b>	<b>238</b>	
1.	Incumbências ordinárias do inventariante.....	238
2.	Da função precípua do inventariante: o desfecho da sucessão (extinção do condomínio hereditário) .....	239
3.	Da necessidade de importação de técnicas em relação ao administrador judicial .....	240
4.	Rol exemplificativo .....	242
5.	Representação do espólio.....	242
5.1	Representação judicial do espólio.....	243
5.2	A representação judicial do espólio por inventariante dativo ...	246
5.3	A contratação de advogado pelo inventariante para o exercício da representação do espólio .....	248
5.4	Ações para a proteção da posse e propriedade de bem da herança.....	249
6.	Administração do espólio .....	249
7.	Apresentação de primeiras e últimas declarações.....	251
7.1	Do plano de trabalho.....	253

7.2	Declarações intermediárias e relatórios .....	254
8.	Exibição dos documentos relativos ao espólio .....	254
9.	Juntada da certidão do testamento .....	255
10.	Colaço dos bens doados ao herdeiro pelo <i>de cuius</i> .....	256
11.	Prestação de contas .....	257
11.1	Prestação de contas ordinária (periodicidade) .....	258
11.2	Possibilidade de importação de técnicas aplicáveis à prestação de contas .....	259
12.	Declaração de insolvência .....	260
13.	Outras funções do inventariante .....	265
<b>Art. 619.</b>	.....	<b>265</b>
1.	Atos ordinários (art. 618) × atos extraordinários (art. 619).....	267
2.	Da possibilidade de alteração (consensual) do gabarito do art. 619	267
3.	Rol exemplificativo .....	269
4.	O engenho do art. 619 (oitiva dos interessados e autorização judicial) e os seus desdobramentos .....	271
4.1	Prévia audiência dos “interessados” .....	271
4.2	Autorização judicial: análise dos pontos principais.....	272
5.	Alienação de bens: aspectos gerais .....	277
5.1	Aspectos formais do requerimento, contraditório, exercício do direito de preferência e aprovação de negócio já “entabulado” .	279
5.2	Alienação antecipada de bens de difícil conservação, deterioráveis, perecíveis, de conservação arriscada e/ou dispendiosa .....	281
5.3	Alienação antecipada motivada por “manifesta vantagem” .	283
5.4	Pedido externo (e compulsório) de alienação de bens da herança.	283
5.5	Necessidade de oitiva dos cônjuges dos “interessados” para a alienação de bens do espólio.....	284
6.	Transação judicial e extrajudicial .....	285
6.1	Da limitação equivocada do art. 619, II: necessidade de interpretação mais ampla .....	285
6.2	Da necessidade de releitura do comando real à luz da <i>justiça multipartas</i> : o papel do inventariante na autocomposição .....	285
6.3	Autocomposição, inventário e importação de soluções da Lei n. 11.101/2005 .....	287
6.4	Inventariante e o mandato com poderes para transigir e efetuar atos dispositivos .....	289

6.5	Autocomposição e a designação de pessoa ou grupo para representar o espólio.....	290
6.6	Possibilidade de transação com eficácia sob condição .....	291
7.	Pagamento de dívidas .....	291
7.1	Pontos de contato e de distância com o bloco dos arts. 642-646	291
7.2	Das primeiras declarações e a manifestação das partes.....	292
7.3	Dívidas contraídas no curso do inventário.....	293
7.4	Alcance do contraditório obrigatório (para autorização e forma de pagamento).....	294
7.5	Organização dos pagamentos e demonstração de que não há risco de insolvência .....	295
7.6	Pagamentos de dívidas reclamadas por meio de processos judiciais.....	295
7.7	Interpretação ampla do conceito de “pagamento” .....	296
7.8	Plano de trabalho e os pagamentos .....	297
8.	Despesas necessárias à conservação e ao melhoramento dos bens do espólio .....	297
8.1	Despesas necessárias à conservação patrimonial .....	297
8.2	Melhoramento dos bens do espólio .....	301
<b>Art. 620</b>	.....	<b>302</b>
1.	As “primeiras declarações”: noções fundamentais .....	303
2.	O prazo da apresentação das “primeiras declarações” .....	305
3.	Diligências prévias: busca de informações e documentos.....	306
4.	Apresentação de “primeiras declarações” parciais.....	308
5.	Primeiras declarações: principais aspectos formais e a natureza “documentada” do ato.....	309
6.	Requerimentos das primeiras declarações .....	312
7.	Bloco 01: o falecido, o óbito e a forma de sucessão .....	313
8.	Bloco 02: plano subjetivo.....	315
8.1	Diálogo com o art. 626 (e o preenchimento de omissões) ..	315
8.2	Gabarito básico de identificação pessoal das partes .....	316
8.3	O (necessário) posicionamento jurídico das partes.....	318
8.4	Cônjuge/companheiro supérstite “meeiro” .....	319
8.5	Herdeiro legal (“direto” e “concorrente”).....	320

8.6	Herdeiro testamentário e legatário .....	321
8.7	Outros atores.....	322
8.8	A cumulação de posições jurídicas.....	322
9.	Bloco 03: plano objetivo.....	324
9.1	Bens alheios e a singular arrecadação dos bens em comunhão (“meação”) .....	326
9.2	Bens do espólio “em mãos alheias” e os que se submetem à sobrepartilha .....	327
9.3	Bens que devem ser arrecadados (embora titulados em nome alheio): colação e bem em “comunhão” e “titulado” apenas em nome do “meeiro” .....	328
9.4	Da cotitularidade do bem “titulado em nome de terceiro” .	331
9.5	Bens imóveis (= <i>direitos reais imobiliários</i> ).....	332
9.6	Bens móveis com os sinais característicos.....	337
9.7	Semoventes .....	338
9.8	Dinheiro e “objetos preciosos” (joias, metais e pedras) .....	339
9.9	Títulos da dívida pública, ações, quotas e títulos de sociedade..	341
9.10	Balanço das “dívidas passivas e ativas”.....	342
9.11	Outras “obrigações” obrigações não pecuniárias) .....	344
9.12	Direitos e ações .....	344
10.	O falecido como “empresário individual” ou sócio.....	345
10.1	O autor da herança como empresário individual .....	346
10.2	O autor da herança como titular de “quota societária” .....	347
11.	Da avaliação.....	355
11.1	Uso da avaliação para adjudicação (sub-rogação de bens) e partilha antecipada .....	357
12.	Outros itens importantes das primeiras declarações.....	358
12.1	Prestação de contas apresentada pelo administrador provisório .	359
12.2	Relação de bens que devem ser alienados de forma antecipada.	359
12.3	Mapeamento da posse fática (art. 2.020 do CC) .....	360
12.4	Bens com vocação para sobrepartilha ou dúvida quanto à arrecadação .....	361
12.5	Plano de trabalho .....	362
13.	Termo circunstanciado .....	363

<b>Art. 621</b> .....	<b>364</b>
1. Noções gerais sobre a sonegação (enquanto <i>sanção civil</i> ) e o seu diálogo com os arts. 621-625 (incidente de remoção do inventariante) .....	364
2. Comunicação do art. 621 com o art. 636 (“encerrada a descrição dos bens” e “últimas declarações”).....	368
3. Diálogo com o art. 622, VI (remoção do inventariante) .....	372
4. Da declaração (“protesto”) por arrecadação de outros bens.....	373
5. Protutor.....	374
<b>Art. 622</b> .....	<b>375</b>
1. Breve introdução ao incidente de remoção do inventariante .....	375
2. Hipóteses autorizadoras de remoção do inventariante: rol exemplificativo .....	376
3. A falta de apresentação de primeiras ou de últimas declarações no prazo legal .....	377
4. Deixar de dar andamento regular, suscitar dúvidas infundadas ou praticar atos meramente protelatórios .....	379
5. Falta de conservação dos bens do monte e dilapidação das forças da herança.....	381
6. Não defender o espólio nas ações em que for citado.....	382
7. Deixar de cobrar dívidas ativas ou não promover as medidas necessárias para evitar o perecimento de direitos.....	384
8. Omissão na prestação de contas ou apresentação de contas que sejam rejeitadas .....	386
9. Sonegação, ocultação ou desvio de bens do espólio.....	388
10. Instauração por requerimento: aspectos formais e legitimidade .....	390
11. Abertura do incidente de ofício pelo juiz.....	392
12. Efeitos da instauração do incidente e possibilidade de concessão de tutela provisória .....	394
13. Renúncia da inventariança.....	396
14. Procedimento de remoção em caso de inventariança plúrima ou com labor de fiscal à inventariança ( <i>protutor sucessório</i> ) .....	396
15. Transporte do incidente previsto nos arts. 622-625 para o ambiente da Lei n. 11.101/2005 (remoção do administrador judicial) e situações afins..	397
<b>Arts. 623 e 624</b> .....	<b>398</b>
1. Base procedimental do incidente de remoção .....	398
2. Processamento em apenso.....	399

3.	Intimação do inventariante sobre a instauração do incidente.....	399
4.	Contraditório e prazo para defesa .....	401
5.	A participação ampla no incidente: intimação de interessado(s) em relação à instauração do procedimento de remoção .....	402
6.	Da manifestação do inventariante: noções e desdobramentos.....	403
7.	Possibilidade de ampla dilação probatória .....	407
8.	“Organização (e saneamento)” do incidente .....	408
9.	Definição na cadência da produção da prova.....	409
10.	Atribuição do ônus da prova (com sua inversão) .....	410
11.	Decisão pela remoção e nomeação de novo inventariante (ou administrador) .....	412
12.	Inventariança plúrima ou de presença de <i>protutor sucessório</i> .....	414
13.	Honorários, despesas processuais e litigância de má-fé .....	414
14.	Apuração de responsabilidade civil do inventariante.....	417
15.	Impugnação e recurso .....	422
<b>Art. 625</b>	.....	<b>422</b>
1.	Entrega “imediate” dos bens.....	422
2.	Os “bens do espólio”: conceito e entrega.....	423
3.	Ações preventivas que podem ser adotadas pelo inventariante .....	424
4.	Não entrega dos “bens do espólio”: medidas fixadas em lei e possibilidade de uso de medidas atípicas.....	425
5.	Multa (específica) pela não entrega dos bens: aspectos gerais .....	426
6.	A multa pecuniária incidente sobre o valor dos bens inventariados: opção equivocada .....	429

### Seção IV

#### Das Citações e das Impugnações

<b>Art. 626</b>	.....	<b>430</b>
1.	Principais alterações.....	430
2.	Necessidade de um novo olhar para a citação vinculada ao inventário <i>causa mortis</i> (convocação para compor uma comunidade de trabalho) ..	431
3.	Convocação obrigatória × litisconsórcio necessário .....	437
4.	Destinatários da citação real (= <i>interessados na herança que sejam conhecidos do inventariante</i> ).....	441
4.1	Cônjuge/companheiro sobrevivente.....	441
4.2	Herdeiro.....	443
4.3	Legatário .....	443

5.	Rol permeável .....	444
5.1	Cessionário.....	445
5.2	Legitimados pelo direito de representação .....	447
5.3	Cônjuge do herdeiro .....	448
5.4	Cônjuge/companheiro separado (judicialmente ou de fato) e a aplicação do art. 1.830 do CC.....	452
5.5	Ex-cônjuge e ex-companheiro do falecido ( <i>mancomunhão</i> )..	453
6.	Citação por correio como regra e exceções .....	455
7.	Importância do mandado de citação desenhado para o inventário sucessório.....	456
8.	A obrigatória veiculação de edital (art. 259, III, do CPC).....	457
8.1	Convocação por edital (art. 259, III, do CPC) × citação por edital de interessado conhecido impossibilitado de receber citação real (art. 256, II, do CPC).....	459
8.2	A convocação por edital: respeito à natureza concursal do inventário e possibilidade de importação de técnicas da Lei n. 11.101/2005 .....	460
8.3	Edital e os credores .....	462
8.4	A necessidade de publicação do edital (§ 1º do art. 626) e o inventário extrajudicial.....	463
8.5	Publicação do edital e questões formais (prazo e forma de publicidade) .....	464
9.	Citação para provocar a autocomposição: art. 626 × art. 319, VII, do CPC .....	465
10.	Intimação da Fazenda .....	468
11.	Convocação do Ministério Público.....	469
12.	Intimação do testamenteiro .....	470
13.	Convocação (intimação) de outros atores.....	472
14.	Contrafe (entrega física ou disponibilização digital das primeiras declarações) .....	472
<b>Art. 627</b>	.....	<b>473</b>
1.	Noções fundamentais: o art. 627 como base de contraditório e eixo da <i>etapa limiar</i> .....	473
2.	Manifestações das partes: aspectos gerais e a interação com o art. 620 ..	477
3.	Temas não contidos no art. 627 .....	479
4.	Reclamação contra a designação de inventariante: noções gerais ..	480

4.1	Espécie (atípica) de revisão de tutela provisória ( <i>inaudita altera pars</i> ) .....	482
4.2	Pontos de toque e de distanciamento com o incidente de remoção do inventariante .....	482
4.3	Necessidade de aplicação fluida do § 2º do art. 627 .....	485
5.	Correções no <i>plano subjetivo</i> (amplitude do art. 627, III, do CPC) ..	485
5.1	Da técnica de remessa e da reserva de bens.....	487
6.	Correções no plano objetivo (arrecadação e avaliação).....	490
6.1	Omissão e sonegação de bens (colação e bens em comunhão) ..	491
6.2	Arrecadação e encaixe na perspectiva dos blocos patrimoniais ..	494
7.	Da manifestação como ato de convocação para cooperação na gestão ..	495
8.	A dinâmica etapa limiar do inventário: prazos, noções procedimentais, saneamento/organização e definição ( <i>policêntrica</i> ) dos núcleos de conflito .....	496
8.1	O “prazo comum” de 15 dias .....	496
8.2	Definição do marco temporal para início da contagem.....	497
8.3	Do contraditório na perspectiva do inventariante ( <i>relatório</i> ) ..	498
8.4	Do contraditório geral.....	499
8.5	Saneamento e organização global × saneamento e organização de acordo com os núcleos de conflito .....	501
9.	Etapa de autocomposição: uma proposta de encaixe.....	506
10.	A “calendarização” como ferramenta de organização .....	508
11.	Amplio manejo do agravo de instrumento.....	510
<b>Art. 628</b>	.....	<b>510</b>
1.	Abrangência do dispositivo: diálogo com o art. 626, <i>caput</i> , do CPC ..	510
2.	Comunicação do art. 628 com o art. 626, § 1º.....	511
3.	Comunicação do art. 628 com o art. 627, III, do CPC .....	512
4.	Da escolha: postulação do art. 628 do CPC ou ação autônoma.....	512
5.	Efeitos da migração do debate (incidente interno → ação autônoma) e a possibilidade de atos concertados como mecanismo para relação eficiente entre o juízo cível e o juízo sucessório.....	514
6.	Dinâmica procedimental.....	518
7.	Agravo, apelação e ação rescisória .....	519
<b>Art. 629</b>	.....	<b>520</b>
1.	O necessário diálogo com o art. 626.....	520

2.	Do injustificado fracionamento da intimação: concentração das convocações dos arts. 626 e 629 do CPC .....	522
3.	Intimação da Fazenda: aspectos formais .....	526
4.	Busca de informação junto às Fazendas Municipal e Federal.....	526

## **Seção V**

### **Da Avaliação e do Cálculo do Imposto**

<b>Art. 630</b> .....	<b>527</b>
1. A “avaliação” e o engenho procedimental do inventário.....	527
2. A projeção da avaliação para diversas situações do inventário .....	529
3. Necessidade de que a avaliação reflita a realidade do bem (e da sua “titularidade”).....	531
4. Hipóteses legais de dispensa da avaliação.....	531
5. Nomeação do avaliador ou perito: necessidade de adaptação do art. 465.....	533
6. Custeio da avaliação.....	536
7. Provas técnicas de menor complexidade ( <i>exame, vistoria e a perícia simplificada</i> ) .....	536
8. Data base da avaliação: comunicação com o art. 1.847 do CC e necessidade de observância da isonomia sucessória .....	539
9. Fazenda Pública.....	541
10. Avaliação dos frutos.....	541
11. Avaliação de quotas sociais ou apuração de haveres.....	542
12. Âmbito de aplicação do art. 630: inventário pelo procedimento comum .....	542
13. Inspeção judicial .....	543
14. Recurso.....	544
<b>Art. 631</b> .....	<b>544</b>
1. Comunicação (adequada) com os arts. 872-873 do CPC .....	544
2. Estrutura básica da avaliação no inventário sucessório .....	545
3. A avaliação como resultado de análise particular e completa de cada item.....	546
4. Da divisão cômoda de bem imóvel .....	548
5. Nova avaliação: aspectos gerais .....	549
5.1 Erro na avaliação ou dolo do avaliador .....	550
5.2 Majoração ou diminuição do valor do bem .....	551

5.3	Dúvida fundada sobre o valor atribuído ao bem na primeira avaliação .....	553
<b>Art. 632</b>	.....	<b>553</b>
1.	Noções gerais do dispositivo .....	553
2.	Bem de pequeno valor .....	554
3.	Conhecimento do perito acerca valor do bem.....	557
4.	Uso de outras técnicas para avaliar bens localizados além dos limites do juízo sucessório .....	557
<b>Arts. 633 e 634</b>	.....	<b>559</b>
1.	Hipóteses de dispensa de avaliação.....	559
2.	A Fazenda e a concordância com as avaliações .....	559
3.	Avaliação apresentada pela Fazenda.....	561
4.	Concordância parcial .....	561
5.	A “capacidade” dos interessados e a dispensa da avaliação .....	562
<b>Art. 635</b>	.....	<b>563</b>
1.	Diálogo do art. 635 com arts. 630 e 631: identificação das etapas básicas da avaliação judicial .....	563
2.	Da projeção de calendários intuitivos às etapas da avaliação .....	563
3.	Intimação ampla: aos legitimados do art. 626.....	565
4.	Prazo comum de 15 dias.....	566
5.	Manifestações e os seus desdobramentos .....	567
6.	Desfechos possíveis do incidente .....	568
7.	Natureza da decisão e recurso cabível .....	570
<b>Art. 636</b>	.....	<b>570</b>
1.	Síntese e objetivo do dispositivo .....	570
2.	Da aplicação flutuante do art. 636 no curso do inventário (“últimas declarações” ou “declarações intermediárias”).....	571
3.	Prazo para o inventariante providenciar os ajustes.....	573
4.	Termo inicial para caracterizar sonegação .....	573
<b>Arts. 637 e 638</b>	.....	<b>578</b>
1.	A etapa do cálculo do tributo: necessidade de reposicionamento topográfico dos arts. 637-638 (para encaixe nos arts. 647 e 654)... ..	579
2.	Dinâmica do art. 637 como ato preparatório à elaboração dos cálculos .....	581
3.	Importância na fixação de diretrizes para cálculo do imposto .....	583
4.	A figura do “contabilista” e a possibilidade de sua dispensa.....	583

5.	Aplicação da lei no tempo.....	585
6.	Necessidade de aplicação (harmônica) da legislação federal com a local .....	585
7.	Juízo sucessório e a isenção do imposto <i>causa mortis</i> .....	586
8.	Apresentação do cálculo e o contraditório respectivo.....	587
9.	As variantes decisórias no julgamento do cálculo.....	588
10.	Da importância da decisão como “marco temporal” para a cobrança do tributo.....	589
11.	Natureza da decisão e recurso.....	590

## **Seção VI**

### **Das Colações**

<b>Art. 639</b> .....	<b>590</b>
1. Noções basilares sobre a colação .....	590
2. Identificação do modelo adotado no CPC .....	592
3. Colação <i>espontânea</i> (art. 639) × colação <i>provocada ou coacta</i> (art. 641) ...	594
4. Topografia equivocada de toda Seção VI (arts. 639-641) .....	595
5. O momento procedimental adequado.....	596
6. Conferência por “termo nos autos”.....	597
7. Possibilidade de formação de incidente na <i>colação voluntária</i> .....	597
8. Necessidade de avaliação em separado das benfeitorias e acessões introduzidas pelo donatário .....	598
9. Avaliação do bem objeto da colação: marco temporal (abertura da sucessão) .....	600
9.1 A necessária comunicação do art. 639 com o art. 1.847 do CC.	601
9.2 Marco temporal: coesão interna de dispositivos do CC, análise da jurisprudência que se consolidou no STF e da projeção da doação para a sucessão .....	603
<b>Art. 640</b> .....	<b>612</b>
1. Comunicação com o art. 2.008 do CC e das bases de direito material	612
2. Herdeiro renunciante.....	614
3. Herdeiro excluído da sucessão.....	614
4. Técnicas aplicáveis na redução das liberalidades .....	616
4.1 Doação plúrima.....	616
4.2 Doação inoficiosa: possibilidade de reposição em espécie ou em valor .....	617
4.3 Bens insuscetíveis de divisão cômoda .....	619

<b>Art. 641</b> .....	<b>619</b>
1. Regra voltada à <i>colação coacta</i> e legitimação para provocar o incidente ..	619
2. A arquitetura e a dinâmica básica do incidente .....	621
3. Decisão do incidente.....	623
3.1 Procedência da oposição.....	623
3.2 Improcedência da oposição.....	624
3.3 Remessa às “vias ordinárias” .....	626
4. Tutela provisória no incidente de colação coacta.....	628
5. Recursos e ação rescisória.....	628
6. Negativa de colação e remoção do inventariante.....	628
7. Formação do incidente para outras questões.....	629

### Seção VII

#### Do Pagamento das Dívidas

<b>Art. 642</b> .....	<b>629</b>
1. Liquidação da herança.....	629
2. Do “pagamento” da meação como ato necessário para dimensionamento da herança e pagamento dos credores .....	631
3. “Pagamento” dos legados.....	634
4. Credores dos herdeiros e legatários .....	635
5. A etapa do pagamento de dívidas e a necessidade de publicidade prévia.....	637
6. Do requerimento de <i>habilitação de crédito</i> .....	640
6.1 Legitimação ativa e legitimação passiva .....	641
6.2 Fazenda Pública e credores com garantia real .....	642
6.3 Habilitação: cúmulo de créditos e nomeação de “porta-voz” ..	643
6.4 Momento da apresentação .....	644
6.5 Facultatividade da via e as <i>dívidas externas ao inventário</i> .....	645
6.6 A petição de <i>habilitação de crédito</i> : requisitos formais e variações .	646
6.7 Prova documentada de “dívida” .....	649
6.8 Prova documentada: admissibilidade da postulação × análise acerca da evidência do crédito reclamado.....	651
7. Resenha procedimental do pedido de <i>habilitação de crédito</i> até a decisão judicial .....	654
8. Separação de bens × reserva de bens.....	659

9. Pagamento das dívidas: projeção (e interpretação) do art. 825 ao juízo sucessório .....	662
10. Adjudicação de bens do espólio (art. 876) .....	664
11. Alienação por iniciativa particular e por leilão judicial.....	666
12. Dação em pagamento .....	667
13. Donatário .....	670
14. Concurso entre credores.....	671
15. Recurso.....	676
<b>Art. 643</b> .....	<b>676</b>
1. Diálogo com o art. 1.997 do CC .....	676
2. Comunicação com o art. 619, III, do CPC .....	677
3. A oitiva das “partes” (os personagens que devem ser intimados) ...	678
4. Aspectos formais da impugnação .....	680
5. Reconhecimento parcial da dívida.....	682
6. Possibilidade de pedido de parcelamento do pagamento .....	683
7. A impugnação e os seus fundamentos .....	683
8. A tutela provisória ( <i>reserva de bens</i> ).....	685
9. Possibilidade de a reserva ser <i>preferencial</i> ao pagamento (e à separação de bens): necessidade de análise da natureza do crédito...	687
10. Algumas particularidades da decisão que define a remessa e a reserva	688
11. Plataformas da remessa (“vias ordinárias”) .....	689
12. Prazo para “propositura da ação” e a perda da eficácia da tutela provisória e as suas consequências .....	691
<b>Art. 644</b> .....	<b>691</b>
1. Abertura da sucessão e o vencimento das dívidas do falecido .....	692
2. Possibilidade de habilitação de “dívida líquida e certa, ainda não vencida” .....	692
3. Oitiva das partes, pagamento antecipado, ordem de preferência e expropriação .....	693
4. Impugnação das partes, remessa às “vias ordinárias” e possibilidade de reserva de bens.....	695
5. Resenha do procedimento .....	696
6. Natureza da decisão e recurso.....	696
7. Responsabilidade patrimonial do espólio e as dívidas futuras.....	696

<b>Art. 645</b> .....	<b>700</b>
1. Da imperiosa compreensão da dinâmica do cumprimento do legado. ....	700
2. A herança toda dividida em legados.....	700
3. Reconhecimento das dívidas e redução dos legados.....	702
4. Participação mais ampla do legatário como “parte” no inventário. ....	703
5. Dueto: legatário e testamenteiro.....	703
6. Donatário .....	704
7. Outras figuras que devem se manifestar sobre as dívidas do espólio..	705
<b>Art. 646</b> .....	<b>706</b>
1. Penhora contra o espólio .....	706
2. Da necessidade de ajustar o art. 646 com o atual processo de execução.....	706
3. Necessidade de renovada interpretação do art. 646 .....	709

### **Seção VIII** **Da Partilha**

<b>Art. 647</b> .....	<b>710</b>
1. Dueto (e relação): <i>Do inventário e da partilha</i> .....	710
2. Dimensionamento do quinhão na fase do inventário: ato prévio e necessário à etapa da partilha .....	713
3. Cooperação processual projetada à partilha e aos sujeitos do processo.....	716
4. Partilha antecipada: posição topográfica e legitimação .....	718
5. Partilha antecipada: técnica especial (não excludente de outras)....	723
6. Pagamento do imposto <i>causa mortis</i> .....	726
7. Natureza jurídica e recurso quanto à decisão proferida com base no <i>caput</i> do art. 647 .....	726
<b>Art. 648</b> .....	<b>727</b>
1. O dispositivo em resenha.....	727
2. O rol orientador do art. 648 e a necessidade de observância de temas de direito material e da herança (em seu <i>plano quantitativo</i> ) ..	728
3. Igualdade.....	731
4. Prevenção de litígios futuros.....	733
5. Divisão cômoda.....	735
6. Direito de preferência e a partilha .....	736
7. Sorteio como técnica de partilha (art. 817 do CC).....	743

<b>Art. 649</b> .....	<b>744</b>
1. O dispositivo em resenha.....	744
2. Licitação interna ( <i>adjudicação</i> ) .....	746
3. Licitação externa ( <i>alienação judicial</i> ).....	749
4. Distribuição proporcional do pagamento .....	751
5. Manutenção do condomínio geral como última opção .....	752
6. Direito reais sobre coisas alheias e a comodidade almejada na partilha. ....	752
<b>Art. 650</b> .....	<b>754</b>
1. O dispositivo em resenha.....	754
2. Nascituro e inventário extrajudicial.....	758
3. O art. 650 e os “filhos não concebidos de pessoas indicadas” (art. 1.799, I, CC) .....	758
4. A dimensão de “concepção”: tema de direito material .....	760
<b>Art. 651</b> .....	<b>762</b>
1. Bases para a compreensão do dispositivo.....	762
2. A figura do partidor.....	764
3. A deficiente redação do art. 651.....	765
4. Da ordem (organização) do esboço.....	766
<b>Art. 652</b> .....	<b>769</b>
1. Perfil básico e dinâmico do dispositivo.....	769
2. Recorribilidade .....	771
<b>Art. 653</b> .....	<b>772</b>
1. Alcance do dispositivo e comunicação com o art. 655 .....	773
2. Ajuste cronológico em relação ao art. 654.....	773
3. Auto de orçamento .....	774
4. Folha de pagamento.....	777
5. Adjudicação pelo herdeiro universal.....	779
<b>Art. 654</b> .....	<b>779</b>
1. Do pagamento do imposto <i>causa mortis</i> .....	780
2. O momento de pagamento do imposto <i>causa mortis</i> e a legislação local .....	781
3. Comprovação da regularidade fiscal e outras exigências .....	783
4. A “prestação de garantia”.....	784
5. A prestação de “garantia” e o hipossuficiente.....	788

6. O momento do pagamento de imposto no arrolamento.....	789
7. Natureza da decisão que julga (definitivamente) a partilha .....	790
8. Recurso.....	791
<b>Art. 655</b> .....	<b>792</b>
1. O formal de partilha: aspectos gerais .....	792
2. Peças e informações obrigatórias.....	794
3. Termo de inventariante.....	794
4. Títulos dos herdeiros .....	795
5. Discriminação completa e avaliação dos bens.....	796
6. Pagamento do quinhão hereditário.....	796
7. Quitação dos impostos.....	797
8. Cópia da sentença.....	798
9. Sentença, apelação e os “meios de impugnação” .....	798
10. Executividade e efeito suspensivo da apelação.....	798
11. Substituição do formal por certidão .....	801
<b>Art. 656</b> .....	<b>802</b>
1. Aspectos gerais do dispositivo.....	802
2. Da comunicação do art. 656 com o art. 13 da Resolução n. 35/2007 do CNJ.....	803
3. Erro de fato .....	805
4. Inexatidão material.....	807
5. Ajustes outros fora do espectro do art. 656 e da bandeja da sobrepartilha (arts. 669-670).....	808
6. Recurso.....	809
<b>Art. 657</b> .....	<b>810</b>
1. Partilha amigável .....	810
2. Da partilha amigável como objeto da ação anulatória .....	813
3. Rol exemplificativo e o regime jurídico a ser aplicado.....	815
4. Competência .....	817
5. Prazo para a propositura da ação.....	819
6. Legitimidade passiva .....	821
7. Legitimidade ativa .....	823
<b>Art. 658</b> .....	<b>825</b>
1. Noções gerais .....	825
2. Ação rescisória e os “casos mencionados no art. 657” .....	826

3. Ação rescisória e a partilha feita com preterição de formalidades legais.....	827
4. Ação rescisória e a preterição ou inclusão de herdeiro (parte).....	828
5. Preterição de “herdeiro”: ação rescisória, ação de petição de herança e outras postulações .....	830

### **Seção IX**

#### **Do Arrolamento**

<b>Art. 659</b> .....	<b>834</b>
1. Noções procedimentais do “arrolamento sumário” .....	835
2. Consensualidade geral (= <i>inexistência de conflito interno entre as partes</i> ) .....	837
3. Capacidade das partes .....	839
4. O arrolamento sumário com presença de interessado incapaz.....	841
5. Arrolamento sumário e a adjudicação (herdeiro universal).....	844
6. Arrolamento sumário × arrolamento comum .....	845
7. Arrolamento sumário × inventário extrajudicial .....	846
8. Arrolamento sumário e a conversão superveniente do procedimento. ....	848
9. Pagamento do imposto de transmissão .....	849
10. Comprovação da regularidade fiscal .....	851
11. Aplicação “subsidiária” de disposições do inventário pelo procedimento padrão (art. 667 do CPC).....	853
<b>Art. 660</b> .....	<b>853</b>
1. Do erro material contido no inciso II do art. 660 .....	853
2. Da petição inicial do arrolamento sumário: aspectos gerais .....	854
3. A petição inicial e a designação consensual de inventariante .....	856
4. A petição inicial e as declarações sobre os interessados e os bens do espólio .....	857
5. A petição inicial e a avaliação dos bens .....	859
6. A petição inicial e a partilha consensual.....	860
7. A petição inicial e a partilha consensual e presença de credores ....	862
8. Da peça de conversão procedimental para o arrolamento sumário .....	863
<b>Art. 661</b> .....	<b>863</b>
1. Linhas mestras do dispositivo .....	863
2. Exceção legal: credores do espólio .....	865
<b>Art. 662</b> .....	<b>865</b>
1. O dispositivo em resenha.....	866

2. Taxa judiciária (despesas processuais) .....	867
3. Imposto de transmissão .....	869
<b>Art. 663</b> .....	<b>869</b>
1. Bases de compreensão do dispositivo .....	869
2. Pagamento e garantia de dívidas no arrolamento sumário .....	870
3. O requerimento do “pedido de reserva” .....	872
4. Convocação do credor .....	872
5. Conteúdo da manifestação do credor .....	873
6. Contraditório em favor do espólio .....	875
7. Da prova pericial e da atividade do juízo sucessório .....	875
8. Habilitação pelo credor .....	876
9. Guarda e responsabilidade pelos bens reservados .....	877
10. Transporte da técnica para os demais inventários judiciais .....	877
11. Inventário extrajudicial e a necessidade de diálogo com o art. 663 .....	878
<b>Art. 664</b> .....	<b>882</b>
1. Do flagrante erro material (art. 664, § 4º) .....	882
2. Arrolamento comum: presunção de simplicidade e seu teto valorativo .....	883
3. Procedimento sumário, concentrado e com fase oral .....	885
4. Instauração, nomeação do inventariante e citações .....	887
5. Inexistência de vedação de participação de incapaz .....	888
6. Declarações do inventariante e a concentração de atos .....	890
7. Convocação das partes para etapa de autocomposição .....	890
8. Declarações do inventariante e o contraditório .....	891
9. Participação do Ministério Público e o Testamenteiro .....	891
10. Impugnação à avaliação e (possíveis) desdobramentos do “incidente” .....	892
11. Audiência .....	893
12. Credores .....	896
13. Importação do art. 662: taxa judiciária e imposto de transmissão .....	896
14. Quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas .....	897
<b>Art. 665</b> .....	<b>898</b>
1. Erro material na remissão do art. 665? .....	898
2. Regra voltada à conversão de procedimento .....	899
3. Impossibilidade de ser criar (novo) requisito (capacidade do interessado) para o “arrolamento comum” .....	901

4. Requisitos para conversão procedimental e a sua convenção respectiva .....	905
5. O art. 665 (em diálogo com o art. 190): a construção de gabarito básico para as convenções processuais no inventário .....	907
6. As convenções processuais “típicas” do inventário e o art. 665.....	910
<b>Art. 666</b> .....	<b>911</b>
1. Breve anotação histórica do dispositivo.....	911
2. Panorama geral e principais temas.....	912
3. Alvará judicial: competência e a natureza de jurisdição voluntária	916
4. Credores, certidões negativas e ITCMD .....	917
5. Possibilidade de projeção do art. 666 para outras situações.....	919
6. Inventário extrajudicial.....	920
<b>Art. 667</b> .....	<b>920</b>
1. Da breve comparação com o art. 1.038 do CPC de 1973 .....	920
2. Das disposições gerais e comuns (Seções I e X) e os arrolamentos.	921
3. Das Seções II, III, IV, V e VI e os arrolamentos.....	922
4. Das Seções VII e VIII e sua projeção nos arrolamentos.....	925
5. Importação ampla (art. 318).....	926
6. Exportação de técnicas .....	927
7. A figura do art. 666 e as suas comunicações.....	927

### Seção X

#### Disposições Comuns a Todas as Seções

<b>Art. 668</b> .....	<b>928</b>
1. Noções gerais sobre o dispositivo .....	928
2. A amplitude do inciso I do art. 668 .....	929
3. Prazo para <i>propositura da ação</i> .....	931
4. Juízo sucessório e as “vias ordinárias” .....	934
5. Consequências da perda da eficácia da tutela provisória .....	936
6. Possibilidade de importação das técnicas (gerais) de tutela provisória...	937
7. O impreciso inciso II do art. 668.....	938
8. Julgamento de improcedência ou extinção sem julgamento de mérito da “ação externa”.....	940
<b>Art. 669</b> .....	<b>941</b>
1. Breves noções sobre a sobrepilha no CPC de 2015 .....	942

2. Necessidade de sistematização ( <i>sobrepartilha prospectiva</i> × <i>sobrepartilha retrospectiva</i> ) .....	943
3. A sobrepartilha prospectiva .....	943
4. <i>Sobrepartilha retrospectiva</i> .....	946
5. Bens com localização remota.....	947
6. Bens litigiosos.....	948
7. Bens de liquidação morosa ou difícil.....	950
8. Bens sonogados.....	951
9. Bem descoberto depois da partilha.....	951
10. <i>Sobrepartilha prospectiva</i> : manutenção do espólio e designação de inventariante.....	952
11. Sobrepartilha extrajudicial.....	955
<b>Art. 670</b> .....	<b>955</b>
1. As balizas e a dinâmica procedimental da sobrepartilha .....	955
2. Sobrepartilha extrajudicial em caso de inventário judicial e vice-versa .....	959
3. “Prescrição” e a sobrepartilha .....	959
4. Recurso.....	960
5. Sobrepartilha × retificação (art. 656) e rescisão de partilha (art. 658) ..	961
6. Sobrepartilha × alvará.....	961
<b>Art. 671</b> .....	<b>962</b>
1. Curador especial: comunicação do art. 671 com o art. 72 do CPC .	962
2. “Ausente” na sucessão .....	963
3. Colisão de interesse de incapaz e seu representante: mudança do texto legal e necessidade de análise da redação fixada e de possíveis reflexos ..	965
4. Colisão de interesses: análise <i>prospectiva</i> (arts. 1.742 e 1.745 do CC) .	968
<b>Arts. 672 e 673</b> .....	<b>973</b>
1. Noções gerais sobre a cumulação de inventários .....	973
2. Facultatividade da cumulação .....	978
3. Da possibilidade de cumulação de mais de dois inventários.....	978
4. Da aplicabilidade do art. 672 aos inventários extrajudiciais .....	979
5. Identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens .	980
6. Heranças deixadas pelos dois cônjuges ou companheiros.....	980
7. Dependência de uma das partilhas em relação à outra .....	982
8. Recurso.....	984
Referências bibliográficas .....	985